



A BARRAGEM DO XINGÓ: HERANÇA NEFASTA PARA AS TRABALHADORAS RURAIS DA CIRCUNVIZINHANÇA

Izaura Rufino Fischer¹

INTRODUÇÃO

Assuntos que envolvem grande volume de recursos financeiros, como construção de hidroelétricas, dificilmente constituem foco de preocupação das estudiosas e estudiosos da problemática da mulher. Esses estudiosos, muitas vezes, priorizam estudar a problemática da moradia, da saúde, da política, da cidadania etc.

Não se quer com isso negar o empenho de várias estudiosas e estudiosos da vertente do gênero e desenvolvimento e outras temáticas igualmente importantes associadas à questão da sobrevivência, do ambiente e preservação da vida, a exemplo de Vandana Shiva (2004). No entanto, cabe registrar que temáticas como geração de energia ainda constitui campo do mundo masculino, indiferentes às relações de gênero, prioritariamente associado à geração do lucro e apropriação dos recursos naturais para tal..

Este estudo aponta que mesmo sem fazer parte do mundo da geração de energia, as trabalhadoras de áreas localizadas na circunvizinhança de hidrelétricas são mais prejudicadas do que beneficiadas pela promessa do progresso advindo da produção de energia elétrica. Elas geralmente necessitam liberar suas terras onde vivem e plantam e nesse processo algumas perdem a razão de ser como trabalhadoras e, por conseguinte, sua identidade. Perdem também o seu referencial de produtoras de alimento, de criadora de pequenos animais, além da ligação com o meio ambiente do qual habitava e conservava para que ele lhe possibilitasse viver melhor.

Centrado no eixo referente à mulher rural, este texto faz parte de um estudo maior realizado nos municípios de Canindé do São Francisco (SE), Piranhas (AL) e Poço Redondo, que teve como objetivo apresentar algumas referências sobre as condições de vida de mulheres rurais residentes no entorno da Usina hidrelétrica do Xingo.

A pesquisa amparou-se em dados qualitativos levantados através de entrevistas semi-estruturas que foram aplicadas junto às mulheres rurais, lideranças rurais, antigos moradores das cidades, historiadores, governantes municipais e todos aqueles que podiam trazer algum esclarecimento capaz de auxiliar na compreensão da problemática pesquisada.



A energia hidrelétrica do Nordeste na política desenvolvimentista: um paralelo com o movimento feminista

No chamado período desenvolvimentista, que tem início na década de 1950, é acionada no Nordeste a construção da barragem de Três Marias, no rio São Francisco, no Estado de Minas Gerais, considerada primeira obra de grande porte, cuja conclusão se deu em 1961, no calor da inauguração de Brasília e de outras ações do então governo Juscelino Kubitschek. Dentre essas ações encontra-se a criação da Eletrobrás no Ministério de Minas e Energia com a atribuição de coordenar o setor elétrico brasileiro, sendo a Chesf transformada, portanto, em sua subsidiária. Naquele período político, o complexo energético de Paulo Afonso é ampliado com a construção da Usina Hidrelétrica Paulo Afonso II.

Também por volta dos anos de 1960, o então movimento feminista ganha visibilidade com a ação das mulheres que lutam para ter reconhecimento e respeito na sociedade. Em ato simbólico, queimam sutiãs em praça pública na tentativa de chamar atenção para a condição de subordinação vivenciada pelas mulheres. Espalha-se um movimento mundial pela liberação da mulher com repercussão em várias partes do mundo.

No nordeste do Brasil, o movimento se fez presente, mas sem nenhuma repercussão no direcionamento dos orçamentos públicos destinados à construção de fontes energéticas até porque, naquele momento, o movimento feminista nada apontava nessa direção. No Brasil, o movimento feminista de acordo com suas vertentes, se manifestava politicamente reforçando ações dos movimentos políticos que queriam, na época, assumir a direção do país, a saber, o movimento dos militares e do chamado movimento da esquerda. O chamado feminismo liberal fortalecia o movimento dos militares ao participar, por exemplo, da passeata contra a carestia (que refletia um desgoverno) enquanto outro considerável número de mulheres, principalmente aquelas comprometidas com o ideal marxista, aderira ao movimento da esquerda em toda a sua extensão temporal e amplitude. O movimento liderado pelos militares toma o poder, submete o país a uma ditadura e adotam dentre as suas prioridades, a política das grandes obras para geração de energia enquanto as mulheres militantes da academia e da sociedade civil permaneciam indiferentes à temática energética.

Os projetos de geração de energia baseados em grandes barragens são intensificados na década de 1970, por todo o país. As indústrias em implantação no Brasil demandavam energia eletrointensiva naquela conjuntura nacional em que se colocava a postos o chamado “Milagre Brasileiro” (CARNEIRO, 1993 - a).



Enquanto o Estado direciona suas ações para geração energia, as mulheres, particularmente, as nordestinas continuam a construir seu mundo a partir de uma militância acadêmica e civil, algumas vezes, baseada em estudos pontuais e reivindicações consideradas por segmentos da academia e a administração do estado, como dotada de caráter romântico, permeado por inocência, inexpressão e de pouca importância no jogo do poder econômico e político. Diante da reduzida valorização do que fazem, como fazem e para quem fazem, as mulheres do Nordeste, vão, passo a passo, consolidando o movimento feminista, à luz do movimento mundial que estudiosos dotados de respeitabilidade reconhecida como Bobbio (1995), Mezaros (2002), Castells (1999) e vários outros passam a apontá-lo como um dos movimento de maior expressão na transformação da sociedade. Desprovidas de prestígio político e econômico, as mulheres dividem suas ações sem causar grandes incômodos à proposta de desenvolvimento representada pelo setor energético.

Durante a construção de hidrelétricas, inicialmente, ocorrem aumento de empregos, mas no seu final a redução de empregos é fatal, criando-se, assim, verdadeiros nichos de desempregados que vêm se organizando em movimentos sociais na tentativa de encontrar uma saída política para a problemática do desemprego e do uso dos recursos naturais.

A partir desse movimento, as mulheres e a produção de energia tendem a se cruzar. Alguns grupos de mulheres rurais estão inseridos no movimento de barragens que reclamam os prejuízos causados pelas hidrelétricas às famílias rurais e ao meio ambiente. Essa questão, ao contrário da pura geração de energia que lhes era indiferente, hoje lhes diz respeito diretamente. Dessa feita, a luta daquelas mulheres rurais tende a significar um marco na luta das mulheres, ao aderirem publicamente à questão ambiental em prol da preservação da vida no planeta. Os recursos naturais tornam-se cada vez mais escassos e as barragens denotam prejuízos a serem divididos, principalmente, com as mulheres.

No quadro de contingenciamento econômico, político, social, somado a experiência vivenciada pelos trabalhadores e a empresa responsável pela construção de usinas hidrelétricas no Nordeste, é construída a Usina Hidrelétrica do Xingó que se coloca como destaque pelo potencial de produção de energia (3000MW) (Chesf, 2006), gerando, atualmente, cerca de um terço da energia elétrica consumida no território nordestino. Xingó apresenta-se perpassada por um jogo de interesses que faz parte da trajetória conjuntural capitalista, sem dúvida, orientada pela concentração e centralização da riqueza mundial a partir da apropriação dos recursos naturais.

Como toda obra que envolve grande capital, a barragem de Xingó deixa o rastro da mudança de reprodução social permeada por conflitos gerados pela destruição de meios de produção que se



manifestam no ambiente, migração, desemprego e desestruturação familiar que se reflete, sobretudo no cotidiano das mulheres ribeirinhas residentes nas proximidades da usina hidrelétrica do Xingó.

As mulheres agricultoras da região do Xingó

A implantação da usina de Xingó provocou mudanças diversas na região, dentre outras, o desemprego. A ausência de uma política do governo capaz de gerar emprego ou oportunidades de trabalho para a população da região da barragem gerou problemas locais sem precedentes.

O desemprego se revela como uma reserva de força de trabalho sem emprego, inerente à sociedade capitalista, criado e reproduzido diretamente pela própria acumulação de capital, a que Marx (1983) chamou de exército de reserva ou exército industrial de reserva. É, sem dúvida, o espelho que melhor reflete as dificuldades econômicas e sociais de um país e suas relações com a insatisfação da população manifestada através de conflitos. Além de criar um desajuste no sistema produtivo causa desequilíbrio no sistema social e político. Trata-se de uma contradição inerente ao sistema capitalista no qual o desemprego passa a ser considerado um mal necessário, segundo o pensamento de Marx. (BRAGA, 1999).

O fenômeno social do desemprego na área do Xingó reduziu as possibilidades, principalmente para os homens trabalhadores da construção de obras e cujas conseqüências têm prolongado rebatimento nas famílias rurais circunvizinhas. Na rota do desemprego, conforme Rosanvallon (1998), encontra-se implicações do tipo perda da moradia, dos colegas e dos amigos, esfacelamento da família, corte crescente dos laços sociais e como diz a socióloga Heleieth Saffiti (2004), o isolamento do próprio cidadão.

Os municípios, principalmente, de Piranhas e Canindé do São Francisco, que durante a construção da hidrelétrica estavam inseridos na rota do emprego, convivem, na atualidade, com o desemprego estrutural criado pelas obras já consumadas. A cidade de Canindé do São Francisco, então reconstruída, encontra-se cercada por um cinturão de supostas habitações ocupadas por miseráveis, do mesmo modo que a cidade cenográfica de Piranhas ganha como adendo o chamado bairro do Xingó, formado por um mesclado de habitações destinadas às famílias dos técnicos responsáveis pela construção da obra, as residências dos peões e as vilas improvisadas por prestadores de serviços informais.

A conseqüência desse desemprego nos municípios pesquisados é tributada a homens e mulheres, mas os resíduos de ordem prática têm rebatimento maior sobre o feminino a quem é cobrado, na família, pela falta de alimento. Como se trata de um contexto capitalista patriarcal os



primeiros a perderem o emprego são as mulheres (CASTELLS, 1999), sob a justificativa de que o seu trabalho é complementar, é ajuda. Quando a mulher perde o emprego ela vê desmoronar a sua realização pessoal de ser considerada sujeito visível na sociedade.

Na agricultura, o desemprego principalmente das mulheres é cíclico e elas convivem com tal realidade sem sair do local. No caso dos municípios pesquisados, o desemprego que mais causa sofrimento às mulheres é o dos maridos que buscam a perspectiva de desemprego friccional¹ e saem deixando a família em seu local de origem. Periodicamente, esses desempregados são constituídos, tanto pelos que partem em busca de emprego (“os arrependidos” expressão usada por entrevistadas) quanto os que ficam na localidade (“os inocentes” - expressão usada por entrevistada).

As mulheres rurais apontam o desemprego como o principal problema da região. Concorda-se com Saffioti (2004) que esse problema atinge o país como um todo, mas na área pesquisada ele é mais lembrado, pelo fato da abundante oferta de emprego que homens e mulheres outrora vivenciaram. Os depoimentos dessas mulheres retratam a situação:

A barragem deixou a construção no local e também a miséria. Hoje os desempregados moram em locais desumanos. Até na bonita cidade de Piranhas ficaram barrageiros desempregados e marginais.

Manifestação da migração na região do Xingó

O fenômeno migratório que se verifica na área da barragem Xingó não constitui fato exclusivo daquela localidade, mas é apenas uma face da história da migração brasileira que causam desequilíbrio aos planejamentos locais.

As conseqüências dessa migração se fazem presentes, principalmente no entorno das cidades, uma vez que os trabalhadores formam verdadeiros cinturões de marginalizados e excluídos que passam a viver em favelas, invasões urbanas e guetos.

Na precariedade da situação, as mulheres das famílias migrantes se colocam na linha de frente da mitigação tendo em vista que podem conseguir junto à administração municipal gás, cesta básica etc, como se observa nos municípios pesquisados. Conforme técnicas municipais das localidades pesquisadas *As mulheres são quem mais pedem. Pedem para a família e para os maridos. O homem tem mais vergonha de pedir do que a mulher.*

Certamente, a questão da vergonha de o homem pedir está associada ao fato de a demanda se expressar diretamente por bens de auto consumo. Provavelmente, este comportamento seria diferente se a ajuda da administração municipal fosse efetivada através do dinheiro em espécie.



Sempre que o homem parte na busca do trabalho assalariado, o comando da unidade de produção e consumo passa à responsabilidade das mulheres agricultoras. Os maridos entram num círculo de fluxo e refluxo migratório, que, nas últimas décadas, tem mostrado pouco sucesso diante do estancamento do emprego, particularmente, nos grandes centros urbanos da Região Centro Sul e da sazonalidade do trabalho na cana-de-açúcar, fato já observado, dentre outros, por Sales (1975) e Andrade (1986). Dificilmente acumulam recursos financeiros e ainda se isentam de trabalhar na agricultura familiar conforme expressado no depoimento de uma entrevistada:

Ele trabalhou uns anos no Xingó e agora vai trabalhar na cana. Nesses trabalhos se viciou na bebida, e não trás um tostão pra casa porque não quer. Só dos meninos ela ganha R\$ 75,00 por mês (salário família). Ele compra som e geladeira velha que depois vende. Se o marido fosse igual a mim a gente ia ter as coisas. Se ele pensasse, com o dinheiro do feijão (a produção comercializada da roça) tinha comprado dois garrotes. Eu pedi que ele fizesse tudo, mas me desse R\$ 50,00 pra fazer uma feira. Ele fez somente uma “caranha” de feira (comprou poucas coisas). O feijão, este ano (2006) ele plantou sozinho porque eu estava operada, era dele, tirou 35 sacos.

Os migrantes que partem para os municípios da região do Xingó, geralmente, são constituídos por famílias que se movem em busca de condições básicas de sobrevivência, como o alimento e a moradia. No entorno de Piranhas, a população migrante criou praticamente outra cidade contendo bairros populosos habitados por miseráveis.

O novo município de Canindé, segundo informação da prefeitura local, atualmente com uma população de aproximadamente 26.000 habitantes, experimentou entre os anos de 2004 e 2006 um acréscimo populacional da ordem de 2.600 pessoas. Segundo técnicos entrevistados, essa população é formada, principalmente, por agricultores rurais que venderam suas terras. “*Saíram do campo sem preparo para habitar a cidade. São os que dão mais trabalho. Sai do campo pra cidade e se perdem*”. Esses migrantes segundo técnicos entrevistados, procuram esse município na esperança de usufruir dos *royaltes*, proporcionados pelo governo federal como indenização pelo uso do espaço para implantar o maquinário da barragem. Porém, sem meios para sobreviver usam mais extensivamente os recursos naturais já usados extensivamente com a construção da barragem.

As relações socioambientais na região pesquisada

Em nome do desenvolvimento e crescimento do país e, particularmente, da região Nordeste instalou-se na área da barragem Xingó um desmonte do ambiente natural local que se inicia com a inundação de grandes extensões de terras cobertas por vegetais, ação que provoca, por si mesmo, danos consideráveis ao ecossistema e projeta desdobramentos sobre as espécies da fauna e da flora. Estudos a esse respeito indicam que a cobertura dos vegetais por inundações provoca a emissão de gases tóxicos resultante do processo de decomposição do material orgânico imerso sob as águas,



além da proliferação de pragas, fenômenos que naturalmente criam dificuldades ao desenvolvimento das espécies biológicas fundamentais a esse ambiente (CASTRO, 2004; FREIRE, 2004).

Trata-se de mudanças impostas aos recursos naturais com desdobramentos sobre as condições de vida das famílias ribeirinhas, onde prevaleciam águas territoriais de pesca, de travessias, de cultura de várzeas e espaços de lazer, permeadas por expressão de identidades conduzidas, sobretudo, pelas mulheres rurais, costumes e tradições que serão fatalmente eliminados para atender interesses do mercado da água.

Com a construção da barragem Xingó suprimem-se meios de subsistência das famílias pesquisadas sem que os governantes ofereçam outras alternativas de sobrevivência àquela população que embora muito próxima de grande volume de água, lhes falta água para produzir.

Sem alternativas para a população sobreviver, a população apela para o uso indiscriminado dos recursos naturais. A maioria das famílias rurais entrevistadas, antes de pensar na conservação ambiental luta pela sobrevivência usando indiscriminadamente os recursos naturais mais demandados pelo mercado, como a destruição das matas para fabricação do carvão que tem conseqüência sobre a redução da caça, da pesca, da água para beber e para produzir e da própria sobrevivência. Como diz uma entrevistada: *Essa barragem matou o rio e a terra.*

Considerações finais

A usina hidrelétrica do Xingó, ao mesmo tempo em que proporciona “desenvolvimento” para a economia do país, deixa como herança o desassossego e a pobreza para a população de áreas circunvizinhas a barragem. Além disso, os danos causados à natureza e o uso dos recursos naturais são irreparáveis ao longo do rio São Francisco. Para as mulheres rurais da área ribeirinha ocorreu redução na produção para o auto consumo com o redirecionamento do rio de onde tiravam o peixe para o alimento e que hoje não o fazem mais, bem como com a destruição das terras de plantio inviabilizada pelo controle do volume de água do rio. A herança nefasta da barragem é também manifestada pelo desemprego, pela migração e pela desestruturação das famílias que ora se instalam naquela região. Estaria esse desenvolvimento associado a degradação da saúde, da alimentação, e a destruição dos recursos naturais da área circunvizinha a barragem? Será esse o tipo de desenvolvimento ensejado para homens e mulheres do campo?

Referências



- ANDRADE – LIMA, D. Domínio das Caatingas. Recife, PE: IEH, 19.86.
- AREND Hannah. La condición humana. Barcelona: Pidós 1993.
- BOBBIO, Norberto. Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1995.
- BRAGA, Marcos Augusto da Silva. Desemprego: reflexão e discussão a partir de um depoimento. PUC – Faculdade de Psicologia, São Paulo, 1999. <http://www.sermelhor.com>. Acesso em 15/4/2008.
- CARNEIRO, Ricardo. Revista Economia e Sociedade. São Paulo: Unicamp n.2 agosto 1993.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, Edna Maria Ramos de; RODRIGUEZ Graciela S.. As mulheres de Altamira na defesa da água como direito humano fundamental. Rio de Janeiro, EQÛIT Institute, 2004.
- CHESF <http://www.chesf.gov.br>. Acesso em 5/4/2006
- Data Folha 2004: In Saffioti, Heleieth. Gênero, Patriarcado e violência. São Paulo: Fundação Perceú Abrano, (Coleção Brasil Urgente), 2004.
- FREIRE, Neison Cabral. Mapeamento e análise espectro-temporal. Universidade Federal de Pernambuco. Dissertação de Mestrado em Ciências Geodésicas e Tecnologia da Informação. Recife, 2004.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. 4ª ed. Editora Universidade, 1963.
- MARX, Carl. O capital: crítica a economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MESZAROS, Istvan. Para além do capital: rumo a uma teoria em transição. São Paulo: Boitempo editorial, 2002.
- ROSANVALLON, Pierre. A Nova questão social: repensando o estado previdência. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.
- SAFIFOTI, Heleieth. Gênero, Patriarcado e violência. São Paulo: Fundação Perceú Abrano, (Coleção Brasil Urgente), 2004.
- SHIVA, Vandana. Abrazar la vida: Mujer, ecología y desarrollo. Madrid: Grafistaff, 2004.
- SUÁREZ, Maria Teresa Sales de Melo et al. Açúcar: realidade e política. Recife, Comunicações 11, UFPE/Pimes, 197.